

**Parecer nº 88/99**

Data: 1999.06.16

Processo nº 580

**Requerente:** João Carlos Poças Falcão Carrilho.

**Entidade Reclamada:** IFADAP.

1. João Carlos Poças Falcão Carrilho solicita parecer a esta Comissão sobre a recusa pelo Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas (IFADAP) ao pedido de acesso por si apresentado com o objectivo de obter fotocópias dos documentos constantes de processo por ele promovido, respeitante à atribuição de subsídio a jovens agricultores.
2. O IFADAP é um instituto público cuja actividade é abrangida pelo regime da Lei de Acesso aos Documentos Administrativos, Lei 65/93 de 26 de Agosto (artigo 3º), sendo esta Comissão competente para apreciar as reclamações apresentadas das suas decisões pelos interessados (artigo 20º nº 1 b).
3. Os documentos cujo acesso é pedido não contêm por regra dados qualificáveis como nominativos ou pessoais («informações sobre pessoa singular, identificada ou identificável, com apreciações, juízos de valor, ou abrangidas pela reserva da intimidade da vida privada»), pelo que serão livremente acessíveis por qualquer pessoa, mesmo que não ligadas ao processo, sem necessidade de ser invocado interesse directo e pessoal (artigo 7º, nºs 1 e 2).
4. A lei prevê algumas limitações de acesso ou de utilização de dados (artigo 10º), o que aqui não se configura como relevante desde logo porque o requerente é o próprio «titular» do processo de financiamento.

Também não é aplicável o nº 5 do artigo 7º, porque o procedimento já há muito «findou» e porque o regime de acesso na fase endoprocedimental não é o que aqui se aprecia.

Quanto à disciplina mencionada no artigo 6º sobre o segredo de justiça deve precisar-se que se trata de uma especialidade justificada fundamentalmente por

razões instrutórias e procedimentais. Repare-se que a Constituição, no artigo 268º, nº 2, é mais incisiva quando ressalva «apenas» a investigação criminal.

Simplesmente porque corre um processo de execução não se justifica que a Administração impeça o acesso aos documentos a que se refere aquela execução.

Por outro lado, é irrelevante que se estranhe, embora noutra sede, que o interessado só agora tenha sentido necessidade de consultar o processo, ou que se entenda que nenhuma da documentação pode interessar à defesa do executado ou que se diga que não serão facultados aos executados os documentos confiados pelo Instituto ao seu mandatário...

Seria estranho sim que se consagrasse no ordenamento jurídico o princípio geral do acesso aos documentos administrativos na posse da Administração e que depois se tornasse possível impedir o acesso efectivo porque se discute um litígio de algum modo conexo com aqueles documentos ou porque estes se encontram, «temporariamente» ou não, detidos seja por quem for por qualquer motivo mesmo que plenamente louvável.

5. Nos termos expostos, esta Comissão delibera emitir parecer favorável ao acesso de João Carlos Poças Falcão Carrilho ao processo que identificou e que lhe diz respeito por meio de passagem de fotocópias.

Remeta-se este relatório quer à entidade requerida quer ao reclamante.

Lisboa, 16 de Junho de 1999.

*José Renato Gonçalves (Relator) – José Magalhães – Silva Marques – Narana Coissoró – João Figueiredo – Vasco Almeida – Francisco de Brito – Gameiro dos Santos – Branca do Amaral – João Labescat – Castro Martins (Presidente)*